

**Revista de Literatura,
História e Memória**



Seção: Pesquisa em Letras no contexto
Latino-americano e Literatura, Ensino e
Cultura

ISSN 1983-1498

VOL. 15 - Nº 26 - 2019

UNIOESTE/CASCAVEL - P.136-158

***NUNCA MÁS! NUNCA MAIS! HORROR,
GEOGRAFIAS VARIÁVEIS E CALAFRIOS
EPISTEMOLÓGICOS***¹

*Nunca más! Nunca mais! Horror, variable geographies
and epistemological shiver*

Paula Godinho²

RESUMO: Neste artigo, pretendo fazer uma reflexão sobre a relação entre a antropologia e a literatura, bem como sobre o papel das emoções na pesquisa sobre etnografias sensíveis. A partir de uma abordagem de passados dolorosos, na Argentina, que remete para uma ditadura (1976-1983) com inúmeras atrocidades cometidas, e com um desaparecimento forçado de cerca de 30.000 pessoas, questiono o papel dos terrenos sensíveis, e a necessidade de os

abordar, para construir o porvir, numa relação entre passado e futuro, que escape ao presentismo. Procuo entender o papel continuado do medo, num terreno em que a ESMA, um centro de detenção, tortura e violência de Estado durante a ditadura Argentina (1976-1983), em Buenos Aires, se junta à abordagem de uma novela de Leopoldo Brizuela, *Una Misma Noche*, de 2012. Entre a ficção e o real, interroga-se a relação do imaginado, do imaginário e da realidade, explorando o limiar da etno-ficção (que não é etno-mentira), num terreno em que a neutralidade é impossível.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia, literatura, real, etnografias sensíveis, Argentina, Leopoldo Brizuela, ditaduras.

ABSTRACT: In this article, I intend to reflect on the relationship between anthropology and literature, and question the role of emotions on sensitive ethnographies. From an approach of a painful past in Argentina, which refers to a dictatorship (1976-1983) with numerous atrocities committed, and with a forced disappearance of about 30,000 people, I question the role of sensitive fields, and the need to address them, to build the future, in a relation between past and future, that escapes from *presentism* I try to understand the continuing role of fear in an area where ESMA, a centre for detention, torture and state violence during the Argentine dictatorship (1976-1983) in Buenos Aires, joins the approach of a novel by Leopoldo Brizuela, *Una Misma Noche*, 2012. Between fiction and reality, the relationship between the imagined, the imaginary and the reality is questioned, exploring the threshold of ethno-fiction (which is not ethno-lie), in a terrain where neutrality it's impossible.

KEYWORDS: Anthropology, literature, reality, Argentina, Leopoldo Brizuela, sensitive ethnographies,

¹ A reflexão para este texto é profundamente devedora à equipa do projeto internacional “Transiciones a la democracia en el sur de Europa y en América Latina: España, Portugal, Argentina y Chile”, financiado pelo Ministerio de Economía y Competitividad de España, e coordenado por Carme Molinero e Pere Ysàs, na Universidade Autònoma de Barcelona (HAR2015-63657-P). Na fase de ajustamento final, beneficiou-se da reflexão no âmbito do projecto “FAILURE: Reversing the Genealogies of Unsuccess, 16th-19th centuries”, H2020-Marie Sklodowska-Curie Actions, RISE (Research and Innovation Staff Exchange) European Commission (2019-2023). Sem a companhia de António Cardoso (que morreu em 2016), de Miguel Cardina, Carla Silva, Manuel Loff, Brice Chamouleau, Aitzpea Leizaola, Alice Samara, João Baía e Mariana Rei, não teria sido possível lidar com os fantasmas deste texto. Agradeço as leituras feitas por Cristina Viano (Universidad Nacional de Rosario), por Pablo Pozzi (Universidad de Buenos Aires), Claudia Pérez e Monica Gatica (Universidad Nacional de la Patagonia). O enquadramento na *Red(e) Ibero-Americana Resistência e/y Memória* bem como no Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL, foi essencial na sua construção. Beneficiou-se da serenidade de uma estadia de licença sabática em Santiago de Compostela, entre janeiro e maio de 2019, com bolsa da FCT, para a revisão da sua escrita.

² PhD Antropologia, 1998, Universidade Nova de Lisboa. Professora do Departamento de Antropologia e investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, p.godinho@fcsb.unl.pt
<http://e-revista.unioeste.br/index.php/rlhm>

Paula Godinho

dictatorships.

Miranda: *Oh I have suffered
With those that I saw suffer!*
William Shakespeare, *The Tempest*

Em memória do António

1 SONHOS E O TEMPO QUE NÃO PÁRA

*Deveria lembrar-me de lembranças minhas, mas lembro-me de lembranças alheias
(lembranças de pessoas que nunca conheci nem nunca me conheceram).*

Manuel António Pina



Mães da Praça de Maio. Foto de Paula Godinho, Setembro de 2012.

Olho para esta foto, que fiz em 2012. Bordado a ponto-cruz azul no lenço branco de uma das *Mães da Praça de Maio*, há um voto e um nome de um desaparecido da ditadura argentina. Penso no acto de bordar, feito quiçá pela própria mãe que procura o filho. Imagino

<http://e-revista.unioeste.br/index.php/rlhm>

Paula Godinho

as mãos que seguram e cortam a linha de um carreto, que enfiam a agulha e dão um nó, que bordam o tecido, que rematam, que registam uma ausência com agulha e linha. Nada sei de lágrimas, quando vejo um lenço destes. Enquanto antropóloga, habituei-me a olhar para as evidências e a meditar no que lá falta, porque não é do domínio do visível. Como o físico Edme Mariotte conjecturou, no séc. XVII, e viria a ser demonstrado empiricamente mais tarde, há um ponto cego nos nossos olhos, um lugar que é difícil de localizar, que não tem detetores de luz e através do qual nada se vê. Não o notamos, porque temos dois olhos, e o sistema visual enche o vazio do ponto cego (Cercas, 2013). Passa-se o mesmo com a prática da antropologia: enche o vazio do ponto cego, do que sabemos que não está no domínio do que podemos ver, de que não temos informação disponível, mas que se desvela e intui. Este lenço borda-se com dor, ainda que vejamos só a linha de cor azul. Podemos imaginar o que ia dentro da *Mãe* que o bordou, porque fica no ponto cego do que poderemos conhecer. Também assim se faz o saber antropológico, assente na empiria etnográfica e no não visível, mas imaginável.

Em 2012, com um colega argentino e vários amigos portugueses, marchei com as *Mães da Praça de Maio*, aquelas a quem a ditadura (1976-1983) roubou os filhos. Era quinta-feira, estávamos em Setembro, ainda a sair do Inverno do Sul. Na praça de Maio, coração de Buenos Aires, estas mulheres são cada vez menos e estão mais frágeis pela idade. Envergam o lenço branco com que começaram a juntar-se e a exigir às autoridades que lhes fossem restituídos os seus filhos, com vida. Mirta Acuña de Baravalle, nascida em 1925, é uma delas: pequena e magra, tem uma energia que surpreende. Empunha o seu cartaz e ampara-se noutras mães, e em militantes que não desistem de procurar os que faltam, porque o regime golpista os fez desaparecer. Enverga o lenço branco que identifica as *Mães*, com o nome da sua filha, Ana María Baravalle, e do seu genro, mais um vazio interrogativo (Camila? Ernesto?). Levaram-lha grávida e não conseguiu ainda encontrar o neto ou neta. Mirta procurou-os, primeiro só, depois com as outras *Mães*, a que os sequazes da ditadura chamavam «loucas». Começaram por ser pouco mais do que uma dezena, as que ali se juntaram. Expulsas pelos soldados, que protegem a Casa Rosada, sede governamental, foram ganhando apoio. Houve mais mães que se juntaram, algumas das quais seriam também perseguidas e feitas desaparecer pela terrível ditadura argentina. Dividem-se agora em dois grupos, *Mães da Praça de Maio* e *Mães da Praça de Maio –Linha Fundadora*. Mirta é igualmente fundadora das *Avós da Praça de Maio*, que continuam em busca dos seus netos e netas, que nasceram nos centros de presídio clandestinos e foram entregues a famílias da confiança dos ditadores e apoiantes do regime golpista, que os criaram e a quem chamam pais e mães. Uma perversidade acrescida, bem legível nos depoimentos

desses netos.³

Circulamos pela praça, a partir das 15h30. Grita-se em coro palavras de ordem, muitos vão de braço dado, envergam-se bandeiras. Um dos grupos congrega gente mais jovem, tem mais vozes unidas, é mais audível. Paramos junto à estátua de Belgrano, alguém grita nomes de desaparecidos e responde-se «Presente!», numa voz colectiva que tenta suprir a ausência. Mirta toma nas mãos o megafone e a sua voz surpreende, pela firmeza, num corpo tão frágil, com 87 anos. Diz que a sua luta é por aqueles que, neste momento, em qualquer sítio do mundo, estão a ser vilipendiados, torturados, retirados aos seus, num encadeamento universal de maldade e desrespeito pelos direitos humanos, que não teve ainda fim. Lembra lugares, a própria Argentina actual, o Médio Oriente, Caxemira, o Curdistão, Arábia Saudita, numa geografia mundial do terror de Estado. Enquanto escrevo, revejo o meu caderno de campo, releio o diário e vejo fotos. Numa delas, várias *Mães* estão com Dilma Rousseff, quando a antiga guerrilheira, presa política da ditadura brasileira e depois presidenta do Brasil, acintosamente exonerada, visitou a Argentina. Olho para fotografias que fui recolhendo em arquivos vários, e vejo-as, com os rostos dos que lhes faltam, as feições tensas e comovidas, na primeira fila do julgamento dos perpetradores, dos responsáveis pela ditadura argentina ou dos seus sequazes. Vejo-as de costas, com os lenços brancos na cabeça, a exigirem o que sabem que é impossível, porque a ditadura matou sem piedade e porque a operação Condor foi eficaz no seu ímpeto de morte organizada, calculada, burocrática, que atingiu uma parte substancial deste cone sul da América, com o apoio e o incentivo do governo norte-americano.

³Ver, por exemplo, Donda, 2012. Em 5 de Dezembro de 2017 foi noticiado o aparecimento da 126ª criança <https://www.pagina12.com.ar/80586-no-esperaba-tener-esta-alegria>



Em vários casos, estas Mães saíram de casa e de uma vida despolitizada, até então, em busca dos que lhes faltam. São o epítome dos sofrimentos longos, que fui recolhendo em fracções, por contextos variados: entre guerrilheiros e resistentes à ditadura franquista, comunistas do sul de Portugal, maoístas do final da ditadura portuguesa. São também uma súplica dessa internacional do horror, cometido pelos Estados, em todo o mundo, no passado e hoje mesmo.

Passei uma parte da minha vida de antropóloga a cuidar de biografias de gente que lutou, foi vencida, e recomeçou depois das derrotas, como se o destino fosse esse caminho a fazer. Houve demasiada dor guardada no meu gravador, provocada pelos aparelhos punitivos e repressores dos Estados. Há relatos, conversas ou entrevistas, mais tarde transcritos, corrigidos, dolorosamente revisitados. Não solicitei alguns desses depoimentos, antes me foi pedido que os recolhesse, com o entendimento de que a prática das ciências sociais é um serviço público. Quem trabalha sobre a violência política de Estado – ou que foi surpreendida por ela, em terrenos em que buscava assuntos bem mais inócuos - fica, por vezes, à noite, de olhos arregalados e fixos no tecto do quarto, depois de tentar escrever titubeantemente o diário de campo. São muitos os assuntos não resolvidos, em contextos variados, e em que há mais do

que *sedução etnográfica* (Robben e Nordstrom, 1995:16).

Quantos inventários de mortos já fiz? Quantos de torturados, de gente que imaginou outros mundos e foi por isso perseguida, vilipendiada, dissipada, retirada à contagem dos vivos? Se o centro deste texto está na passagem das ditaduras para as democracias, muitos daqueles que acompanhei não se reportavam necessariamente à democracia parlamentar, mas antes a ideais revolucionários, frequentemente ligados a um tempo em que os movimentos de libertação do capitalismo, do colonialismo ou do imperialismo são fulcrais.

Este é um texto que parte de um desejo, não de uma pergunta ou de um problema a resolver. «Nunca mais!» rejeita atrocidades do passado, com um repúdio total, eterno, geral. O *desiderium* subjacente, que imagina e deseja um futuro, é também um modo de perfurar tempos e espaços, como exercício de superação da repugnância provocada por tantas atrocidades. Se a rejeição inicial, a que se aludia com a expressão, se reportava aos horrores cometidos pelos nazis, é infindável a cadeia universal da infâmia, com a violência de Estado a abater-se sobre as pessoas. Por outro lado, embora decorra no terreno da antropologia política, socorro-me de uma obra de ficção: *Una misma noche*, de 2012, da autoria do escritor argentino Leopoldo Brizuela. Como nota Ivan Jablonka, “O texto literário é uma viagem ao centro da ausência, a energia graças à qual se procura respostas a questões, se agita para dizer verdades acerca do mundo, se desencadeia um combate contra a indiferença e o esquecimento, o indefinido, a falta de curiosidade, o «é assim mesmo». Essa fúria é o ADN de uma grande família de escritores, jornalistas, exploradores, poetas, historiadores, antropólogos, sobreviventes, vagabundos, sociólogos, investigadores.” (Jablonka, 2014:250, tradução minha).

O trabalho de campo sempre permitiu aos antropólogos a enorme alegria de sair de casa, em busca ao longe daquilo sobre que não-depois escrever ao perto, numa oscilação entre o carácter solar da recolha e o retiro confortável e caseiro da reflexão e da escrita. Aqui, porém, não há terrenos felizes, mas uma etnografia incontornável e constrangedora, que encontra sucessivamente a antropóloga, mais do que é procurada por ela. É um texto em que recordo a minha responsabilidade, mesmo se ele parece necessitar da mediação dos outros, neste caso de um escritor, como se sucessivamente viessem ter comigo respostas a perguntas que nem tinha querido fazer. Através das vozes resgatadas pela escrita ficcional, a mediação da literatura no reencontro com temas dilacerantes permite uma ampliação da distância, em relação a terrenos dolorosos, mas impreteríveis. Em paráfrase de Ivan Jablonka, a antropologia e a literatura podem ser, entre si, mais do que um cavalo de Tróia, conquanto a história não seja ficção, a sociologia não seja romance, a antropologia não seja exotismo, porque todas têm exigências de

método (Jablonka, 2014:7).

Compreende-se que Alban Bensa e François Pouillon refiram a felicidade paradoxal por parte dos antropólogos e investigadores em ciências sociais, ao ler os textos dos escritores que se referem aos envolvimento, às situações e às populações que conhecem nos seus terrenos ou que se relacionam com eles. Na literatura, como nas apropriações para o cinema ou para outros formatos artísticos, essa felicidade assenta numa experiência vivida e restituída (Bensa e Pouillon, 2012). Quando a literatura se reporta a contextos de extrema violência, a novela urde um universo credível, com palavras quiçá menos certeiras que a da escrita científica. Esta última, como refere uma personagem de Leopoldo Brizuela, não procura a ambiguidade da vida, mas quer aniquilá-la (Brizuela, 2012:132), conferindo relevo ao essencial: «Así es escribir: ir buscando lo que no sabés que existe». (Brizuela, 2012:135)

O que se encontra numa novela é imaginado e imaginário (Godelier, 2015:112), porque combina, à sua maneira, vários componentes: “um mundo imaginado, mais ou menos imaginário, embora permanecendo sempre irreal, personagens, acontecimentos que estão carregados de dimensões simbólicas, tudo exprimido e imprimido sobre esse suporte material que são as folhas de papel que formam o livro.” (Godelier, 2015:113, tradução minha). A literatura não assenta exclusivamente na ficção e adota por vezes alguns dos métodos de investigação das ciências sociais, com o escritor, que quer transmitir um mundo, a tornar-se também investigador (Jablonka, 2014:8). Porém, de que se faz a literatura? Jacques Rancière aponta a inexistência de um mundo de seres imaginários, que se oponha ao mundo da realidade efetiva e considera que falar das transformações do presente é fazer uma obra de ficção (Rancière, 2016:11). Só por esquematismo aristotélico se considera que um escritor inventa e cria, enquanto um investigador escreve «o que ocorreu» (Jablonka, 2014:248). As ciências sociais poderão ser uma invenção, embora não arbitrária, à qual a realidade fornece matérias-primas. O interesse que suscitam está enraizado nos interesses do narrador (Hans Magnus Enzenberger, acerca da História, *apud* Portelli, 2013:103). Quem conta, pode estar a narrar-nos o seu desejo, o seu gosto, a sua vontade, os seus espectros, e uma sociedade não se dá a ler como um livro (Bensa e Pouillon, 2012:9). Ao tentar adequar as palavras e as coisas, os escritores constroem uma *literatura do real* (Jablonka, 2014:14-15), com vários passados possíveis e várias saídas prováveis. A literatura é, então, uma estrutura de racionalidade, que permite comparar traços esparsos, na construção de situações e de personagens identificáveis, designar acontecimentos, estabelecer uma ligação entre eles e dar-lhes um sentido (Rancière, 2016:11). O encadeamento causal das coisas, que enquadra o que pode acontecer, traz a sua

própria possibilidade. A análise das transformações do presente é uma ficção, um encadeamento de acontecimentos segundo a necessidade ou a semelhança (Rancière, 2016:12): as coisas podem acontecer a partir da sua possibilidade de sucederem.

2 *NUNCA MÁS! OU ALGO HABRAN HECHO*: QUE LUGAR PARA A SEDUÇÃO ETNOGRÁFICA?

*"Como contar uma história destrocada?
Tornando-me lentamente todos.
Não.
Tornando-me lentamente tudo."*

Arundhati Roy, *O Ministério da Felicidade Suprema*

No seu entendimento da parcialidade das verdades etnográficas, James Clifford recorda a história do caçador Cree, chamado a depor no tribunal de Montreal. Quando intimado a jurar dizer a verdade sobre o desaparecimento das terras de caça do seu povo, devido ao projecto da uma nova barragem, responde: "Não tenho a certeza de que poderei dizer a verdade...Eu só posso dizer o que sei."(Clifford e Marcus, 1986:8, tradução minha). Este texto é menos cauteloso, porque deixou para trás o relativismo antropológico, as multivocalidades e equivalências pós-modernistas.

Parti de um cais que tem algumas certezas e em que a palavra “verdade” emerge muitas vezes, porque a memória não é uma enteléquia, que se funda e justifica a si própria. Quiçá lembrar *Rashomon*, o filme de Akira Kurosawa, seja um exercício difícil para uma antropóloga que investiga tenebrosas memórias políticas. Aqui, não há lugar para se considerar que cada um tem a sua verdade. Como escreve uma das netas recuperadas pelas Avós da Praça de Maio, Victoria Donda, “Na mentira não é possível amar, sonhar, esperar, construir ou progredir. A mentira infiltra-se, insinua-se em toda a parte, turva o espírito, contamina os sentimentos, impede a plena realização do ser humano. Pelo contrário, ainda que dolorosa, a verdade é a condição essencial para se ser alguém. Não se trata da simples verdade de um nome, de uma origem ou de uma filiação. A verdade afirma a existência, é a condição fundamental para nos tornarmos nós mesmos.” (Donda, 2011:36).

Há terrenos que nos levam a escolher um lado da barricada, como sucedeu com Antonius Robben, que trabalhou sobre a ditadura argentina, ou com Carol Andreas (1985), que teve de partir do Chile para o Peru, clandestinamente, depois do golpe de 11 de Setembro de 1973, e

acabou por fazer trabalho de campo num bairro de lata, em Lima. A investigação sobre ditaduras, e as transições para a democracia, confrontam-nos com campos complexos, e com tomadas de posição a que, noutras circunstâncias, somos avessos. Como na velha canção de Florence Reece, alusiva a uma luta de mineiros e escrita em 1931, «Which side are you on?». Não há neste texto sedução etnográfica nem empatia em relação aos arquitectos da repressão e das guerras sujas, responsáveis ou coniventes com desaparecimentos, tortura e terror. Tomar partido, escolher um lado, nasce de uma certeza, que é fundacional para se poder construir sociedades mais harmoniosas, no âmbito de uma antropologia implicada: não se pode nivelar torturadores e torturados, regimes que respeitam os direitos que temos, enquanto humanos, e os que não o fazem, levando ao limite os relativismos da disciplina.

No balançar entre a ficção e o real, poderemos perdoar a Jorge Luis Borges, como nos pede no final de *La moneda de hierro*, que se tivesse fechado num retiro universitário em *East Lansing* enquanto os militares se instalavam no seu país, e que tivesse alegado que não acreditava na democracia, «esse curioso abuso da estatística» (Borges, 1998:126)? Nessa obra, em que tanto relata sonhos e começa por uma «Elegia da lembrança impossível», um dos poemas, «O inquisidor» reflecte sobre o remorso do verdugo, com um crime que se junta a outro, e que se mostra já exaurido, esgotado (Borges, 1998:137).

Assento num argumento que pode ser afirmado em contextos diversos: o fundamento das democracias, construídas após as ditaduras, radica na memória das vítimas desses regimes, a quem cabe contar o que se passou, o que lhes sucedeu e que não escolheram. Esquivo-me à versão bondosa dos perpetradores, demasiado mansos e culposos, em autobiografias justificadoras, bem como à benevolência suja com que são coniventes alguns meios de comunicação, com a cumplicidade de jornalistas e investigadores vários. Nos processos de reconciliação nacional, um dos argumentos usados pelos advogados que defendiam os criminosos foi o de que não se pode julgar uma época à luz de outra, e que não se pode entender a acção sob ditaduras à luz das democracias. Escusam-se, desse modo, à necessidade de julgar e punir os culpados, bem como de ressarcir as vítimas. Recuso corroborar o «algo habrán hecho», que justificou as vagas de repressão do terrorismo de Estado, bem como escapo à culpa póstuma, aos sentimentos fátuos de quem pode continuar a circular, frequentemente impune, embora sujeito aos inevitáveis *escraches*, em processos de «reconciliação nacional» que podem ter sido inexistentes. Não me intriga, e não é meu objeto, o que se passa na cabeça de um torcionário quando abandona o «trabalho», vai para a casa, eventualmente acaricia os filhos e

se senta na sala, repousadamente a ver televisão⁴.

O silêncio e o segredo podem ser parte daquilo com que coabita quem desenvolve trabalho num terreno sob um poder autoritário, ou em que esquadrões da morte ou para-milícias intimidem e assassinem gente. Conviver com o medo não significa sucumbir ao estado de normalidade e de rotinização a que ele levou. Da literatura, emergem vozes como muitas das que ouvi, a flutuarem numa ecúmena do medo: “El miedo, sí, que nunca había sentido com tanta claridade. Ahora solo quedaba enfrentarlo; tratar de desarmarlo, diciéndolo, entendiéndolo. Escribir, por fin, como quien declara.” (Bizuela, 2012: 155). De dentro para fora, a partir de uma novela, contrario o habitual exercício de procurar o objecto de estudo ao longe, e olhar o real como construção de outros. São personagens de papel, aquelas que agora me ensinam a manter uma conversa entre a ficção, que olha para passados recentes, e lhes resgata as vozes, no presente.

3 TANTOS QUE FALTAM PARA DANÇAR O TANGO

*Eu antes tinha querido ser os outros para
conhecer o que não era eu. Entendi então que
eu já tinha sido os outros e isso era fácil. Minha
experiência maior seria ser o outro dos outros:
e o outro dos outros era eu.*

Clarice Lispector, “A experiência maior”

Em novembro de 2015 estava em Buenos Aires, pela segunda vez. Eram dias de primavera do Sul temperado, que tanto nos pedia um casaco ligeiro como nos brindava com um sol sereno, com poucas pretensões. No centro, é uma cidade em quadrícula, com uma toponímia que pode ser indicada pelas «seis quadras em frente e duas à direita», numa grelha de quarteirões precisa, de papel quadriculado: “Las calles la dividen, con precisión de grilla, en manzanas cuadradas, idénticas, numéricas” (Bizuela, 2012:27).

Fiquei alojada num hotel na avenida 9 de Julio, de onde avistava os prédios irregulares no tamanho e no tempo, uma Evita circunscrita por néon azul no topo de um edifício, os jacarandás que estavam então a florir. É uma avenida larga, seis faixas em cada sentido, de trânsito intenso e ininterrupto, de noite e de dia. Numa das noites, vi-a transfigurada, depois do

⁴Em «Pedro e o Capitão», Mario Benedetti demonstra como não estão no mesmo patamar o que tortura e o que é torturado, numa relação hierarquizada em que não é passível de leitura linear quem vence e quem é vencido.

Boca Júnior ter ganhado o campeonato, com milhares de pessoas nas ruas, com a polícia e os donos dos hotéis a barricarem os turistas que ali se alojavam com grossas cercaduras metálicas, receando os excessos da alegria dos adeptos, que circulavam festivamente pelas ruas, com bandeiras enormes. Horas antes, uma mulher e um homem já desfilavam com a bandeira azul e amarela do clube, embora o jogo ainda fosse a meio. Numa transversal da avenida, sobre uma parede, um letreiro em esmalte azul e branco “EL PERRO TIENE más AMIGOS que la GENTE PORQUE MUEVE más la COLA que la LENGUA”, uma espécie de aviso subliminar de modos de proceder. Da mesma transversal sairão, noutros momentos, várias dezenas de ciclistas, a reclamarem uma cidade com duas rodas, neste domingo pachorrento. O céu há de avermelhar no final do dia, hei-de fotografá-lo a partir da janela do meu quarto, enquanto os carros da avenida perdem a cor e deixam só pontos e rastos de luz, quando passam.

Há um cartaz que anuncia o *Anjo de Fogo* de Prokofiev, num belo e imponente teatro, com ferro forjado. Quase ao lado, numa academia de baile, um cartaz promete ensinar os passos do tango, mostra um bandoneón, e prescreve o calçado adequado. Perto, no afã de fazer provar aos turistas todo o estereótipo argentino, apresentam as partes constituintes do «asado», os assadores verticais, que têm algo de similar a um corpo numa cruz, seja *lechón* ou *chivito*, a parrilla horizontal com as várias partes dos bois, do *chuletón* às *tiras*, à *costilla*, e os enchidos, a *morcilla*, o *chorizo*, a *salsicha*, mais o que sobra e não pode sobrar, a *tripa gorda* ou a *molleja*. Noutros locais, há vestígios da campanha eleitoral que se avizinha, alguns dos quais colados em caixotes de lixo, para escaparem a multas ou a serem importunados pela polícia.

Volto à livraria *El Ateneo*, que toma o lugar do antigo teatro, e regresso também à Recoleta, embora seja um cemitério que tem pouco para me dizer. As histórias que me contam têm mortos insepultos, desaparecidos. Terão sido trinta mil, mas não é na Recoleta, o cemitério dos *porteños* de classe alta, que os encontrarei. Ali, visitamos os restos de Eva Perón, num jazigo onde confluem seguidores e turistas, repleto de flores e placas de «sus discípulas», provenientes de municipalidades várias ou da Confederación General del Trabajo. No cemitério há gatos pachorrentos, a aproveitarem os raios de sol, e jazigos maiores que muitas casas de família, arrebicados no seu barroco e neoclássico excessivos. Os arredores da Recoleta fervilham neste domingo, com uma feira animada, acepipes e bebidas diversos, famílias distendidas, fruta colorida e aromática. Há árvores à espera de flores e folhas, com o céu filtrado pelos troncos entrançados, muito azul. Num canteiro dispuseram amores-perfeitos. Tenho de os fotografar, para enviar a Aurora Rodrigues, presa política pela ditadura portuguesa, que nunca conseguiu ver os amores-perfeitos que a sua mãe lhe levava à cadeia de Caxias: os carcereiros

desconfiavam do bem que lhe podiam fazer as flores e os afetos. Esmagavam-nas entre os dedos, porque os afligia que alguém pudesse sentir-se feliz atrás de grades, através de uns amores perfeitos. Por isso, restituo a Aurora amores-perfeitos de todos os lugares do mundo por onde circule⁵.

Uma manhã, levanto-me cedo, apanho o metro, depois um autocarro, depois um táxi. Vou com amigos e colegas de vários países. Ainda nos rimos e dizemos pilhérias. As fotos dessa manhã, tiradas no metro, mostram-nos com a leveza inconsciente que o dia nos fará abandonar. O céu está esbranquiçado e pouco fiável. Chegamos à ESMA, *Escuela Superior de Mecánica de la Armada*, em cujo edifício da *Escuela de Guerra Naval* está hoje o Arquivo Nacional da Memória. *Hoy es memoria*, diz um cartaz pendurado numa antiga casamata. Há vários outros, de cores claras: *Hoy es inclusión, Hoy es verdad Hoy es cultura; Hoy es participación; Hoy es soberanía; hoy es justicia*. Foi uma luta, ou foram muitas, para conseguir guardar as memórias num arquivo, porque essa era a melhor maneira de olhar para a frente, embora a impunidade de muitos torcionários fosse garantida pelo novo regime democrático⁶. *Nunca más* pode não ter poesia, mas é um voto carregado de futuro, que se deseja performativo, com a relação intrínseca entre o que se diz e o que tem de lhe corresponder.

Este edifício foi entregue à cidade de Buenos Aires e a associações humanitárias no dia 24 de Março de 2004, ou seja, no 28º aniversário do golpe, de tenebrosa memória⁷. Converteu-se em Museu para a Memória, através da secretaria dos direitos humanos. No dia da inauguração, um vizinho do bairro resolveu colocar um cartaz com «Viva a Marinha», que foi atacado pela multidão que ali se encontrava, obrigando-a a retirá-lo. A memória não é uniforme, é coletiva, ensinou-nos Halbwachs há muito. Só se torna social por construção hegemónica, que resulta de correlações de forças no âmbito do poder. Se o que aqui repousa integra as memórias do Mundo da UNESCO, as eleições que tiveram lugar no mês seguinte levaram ao poder Mauricio Macri, e um violento programa económico neoliberal. Esta memória, que brada «Nunca más!», não foi proibida, mas o corte de fundos para a sua preservação tornou-a anémica, e remeteu-a para os seus coletivos: os grupos militantes que a manterão, como as *Madres, Hijos*

⁵ Ver Rodrigues, 2011.

⁶ A promulgação de duas leis pelo presidente Raúl Alfonsín, em 1986 e 1987 – a do *Dever de Obediência* (nº 23521), que atribuía graus diversos de responsabilidade em função da hierarquia militar e limitava a esfera de actuação dos subalternos, e a do *Ponto Final* (nº 23492), que fazia prescrever todos os crimes não julgados até então – seria fulcral no enredar da capacidade de fazer a transição para a democracia, e centenas de assassinos e torcionários seriam postos em liberdade.

⁷ Em 2003 já havia sido constituído um Arquivo da Memória, onde preservam fundos documentais sobre a forma como o Estado praticou violência.

e *Abuelas*. Não privatizada ou perseguida, mas circunscrita e sem capacidade de mobilização social.

A ESMA é um dos 700 lugares na Argentina onde foi instalado um centro de detenção e tortura, durante a ditadura. São 17 hectares, com 53 edifícios dos anos 1920, em que terão estado presos 5.000 dos 30.000 desaparecidos da Argentina. Todo o edifício foi prisão, mas a zona do casino de oficiais servia de centro de detenção, repartida em vários andares. Os detidos, frequentemente transportados através de um Ford Falcon verde, que se tornou um emblema dos sequestradores, amontoavam-se no terceiro andar do edifício do casino, onde dormiam e eram torturados, com um saco de lona preta a cobrir a cabeça, num local designado «Capucha». Do lado oposto, o «Paiol» servia de armazém dos bens roubados nas casas dos detidos, e ao lado ficava o «Aquário», onde os presos trabalhavam, sob vigilância dos guardas, a traduzir jornais e a falsificar documentos. A «Sardá», que copia ironicamente a designação da mais importante maternidade de Buenos Aires, era um pequeno cubículo destinado a dar à luz, designação descabida nas condições em que ocorria. Após esse momento, os filhos eram retirados às detidas e frequentemente entregues para adopção a sequazes do regime ditatorial. As parturientes podiam então seguir o percurso comum a uma parte dos detidos desaparecidos: ser torturadas, injectadas com pentotal, remetidas para um avião e atiradas para o Rio da Prata. O pentotal sódico, um barbitúrico de acção rápida, depressor do sistema nervoso central e usado como anestésico, ficou conhecido por «pentonaval», devido ao destino dos presos. No caso da ESMA, os presos eram drogados e levados para o aeroporto ao lado, e lançados de avião, frequentemente vivos, mas sedados, sobre as águas, que os engoliam. Dizem-me que numa aldeia, nas margens do Rio da Prata, aportavam cadáveres. As mulheres da aldeia recolhiam-nos e davam-lhes sepultura, secretamente, só o revelando perante a busca incessante das famílias e dos movimentos pelos direitos humanos, que se organizaram para procurar todos os que faltavam.

Nesta escola naval formavam-se oficiais da armada, faziam-se cursos de Estado Maior e ministraram-se vários outros, sobre contrainsurgência. Vêmo los fotografados nas escadarias, garbosamente fardados. Os que aqui circularam nos anos que durou a ditadura argentina (1976-1983) contactaram com os presos e foram coniventes com a ditadura. Segundo relatos, os militares eram “convidados” a passar pelo menos uma noite de guarda aos detidos. Quiçá alguns considerassem que aquilo que estava a ser feito era correto, que estava bem – porque não se tratava de uma ordem, mas de um convite. A palavra «convidar» parece remeter para um prémio, embora esta prática se destinasse a não deixar ninguém de mãos limpas, a afundar na

cloaca do horror todos os militares da Marinha que circulavam pela ESMA. Lavrou-se, assim, um pacto de silêncio que impediu a denúncia. Como refere uma personagem de *Una misma noche*, macular todos tinha uma finalidade: “Para que no quedase nadie lo suficiente inocente como para poder denunciar” (Brizuela, 2012:236).

Em 2015, havia sardinheiras nos canteiros da ESMA, e o edifício poderia passar por uma inócua escola, que servisse para a preparação de gente para funções diversas, por um hospital ou um qualquer edifício público. Em frente, do outro lado da rua, um enorme prédio de classe média, cujos moradores dificilmente ignoraram as movimentações de gente, levada para o centro clandestino de detenção e tortura. Com uma esfregona verde e um balde acastanhado, um homem lavava o solo quando chegámos. *Violencia institucional*, gritava um cartaz, que conta de modo abreviado as práticas e métodos usados na tortura e no desaparecimento dos que foram detidos ilegalmente. Demasiado duro, demasiado obscuro, este catálogo perverso de maldade com tanto em comum na internacional do horror.

Olho para os meus amigos e para os outros visitantes, que há muito perderam o sorriso. Um técnico explica-nos, de modo profissional, como ali se alojam os arquivos possíveis da ditadura, e como sem a memória nada seria possível, num regime que não deixou documentos que refiram o desrespeito pelos direitos humanos. Mantêm o som de entrevistas e depoimentos digitalizados, enquanto outros testemunhos estão em vias de transcrição. Em muitas estantes deste arquivo, em pastas azuis claras, há relatos de desapareções forçadas. Há expedientes diversos, em dossiers pretos e brancos, com uma argola, onde podemos por o dedo para melhor os retirar da prateleira. Têm dentro o que resta das vidas que faltam para se poder contar a história. Outras pastas reportam-se à apropriação de bens dos desaparecidos e suas famílias, por parte dos perpetradores da violência.



ESMA. Foto de Paula Godinho, Maio de 2015.

Pareço estar dentro de uma novela ou de um conto de Juan Carlos Onetti, em que pouco acontece e a trama não é essencial, nos quais um ponto final nos deixa numa angústia pelo que não se sabe, porque não termina, como se existisse aquilo a que Mario Benedetti chama o “presente crónico”, sem culminar, viscoso, sufocante, sombrio, acre, compacto. Saio a sentir-me condenada, derrubada, depois de olhar para tantos rostos, dos cinco mil que ali desapareceram, expostos num vitral. Atentei em alguns que estão mais perto do meu horizonte visual, irei procurar no *Google* alguns dos nomes, hei de apavorar-me sucessivamente com o que vou encontrar. São mulheres e homens, maioritariamente jovens, cujo rosto e cuja história vai deixar-me insone. Cinco mil, um por um, uma por uma.

Como aquela personagem de Georges Bataille, cuja tristeza a fazia rir de tudo, depois

de sairmos da ESMA, fomos beber e rir. Um amigo argentino pagou o meu bilhete no autocarro, eu tinha ficado incapaz de coisas práticas. O bar *Perón Perón*, um bar louco, no elegante bairro de Palermo, serviu-nos para afastar o pecado da infelicidade, porque nesse dia não podíamos regressar pelo mesmo caminho que leváramos ao sair. Sentei-me e tirei os óculos, para não ver mais ao longe. A lonjura no tempo trazia dor, ao sentir as cicatrizes alheias, e seguir-lhes o relevo com as mãos, depois de ver as fotos dos que foram obrigados a descer da vida em andamento. Bebemos vinho argentino, brindámos à vida, ao futuro, à felicidade, a nós. Depois, caminhei pela cidade, de noite, muito tempo.

Sono e *sonho* são, em língua castelhana, a mesma palavra, mas não se fundem. Tive sonhos estranhos e recorrentes, num sono entrecortado. Assim foi quando ouvi relatos de tortura aos comunistas do Couço, presos pela PIDE, quando me descreveram o que passaram os guerrilheiros anti-franquistas e as famílias da raia portuguesa que os acolheram, a partir de 1936, ou os maoístas portugueses do MRPP. Assim foi depois de ir à ESMA, em 2015, e também depois de visitar a Villa Grimaldi, em 2017. Sonhei que estava grávida, que a barriga crescia depressa, numa vontade de vida e de alegria, com o girino na barriga a ondular, a plenitude dos nove meses vivida com prazer, o corpo ampliado. Sabe a futuro, ter um filho dentro. Como se os sonhos me levassem à procura de uma continuidade que ainda não sabia que existia.

Há um horror, banalizado e global, a que reajo dentro dos sonhos, com vidas dentro. Cada violência relembra outra, num ciclo que se repetirá, giratório, se não for denunciado. Também para esta denúncia me serve o compromisso como antropóloga, e é pouco relevante o *choque existencial* (Robben e Nordstrom, 1995:13) da antropóloga, se há lágrimas ou náuseas enquanto escrevo ou oiço as gravações, salvo porque reiteram o lado da humanidade do comum dos corpos, perante o inominável. Como recordam estes autores, os antropólogos e a antropologia colapsam de forma totalitária quando a objectividade e a subjectividade se fundem na ambiguidade.

Se temos vários futuros possíveis, também se teve vários passados possíveis – o exercício etnográfico, pela empatia, conduz à assunção desses vários passados possíveis. Nos meus sonhos não há lugar para Comissões de Reconciliação ou Tribunais da Verdade, dos que dizem que não se pode julgar uma época à luz dos valores de outra, argumento usado pelos advogados dos genocidas para pedir a absolvição. Nem perdoar, nem esquecer, dizem as vítimas: pode e deve julgar-se a guerra em tempo de paz, e com os critérios desta.

4 A ESMA, AS METÁSTASES DO TEMPO E *O PASSADO QUE NÃO PASSA*

*Como crianças, pensam que se fecharem os
olhos, ninguém as vê.*

Gonçalo M. Tavares, *A mulher sem cabeça e o
homem do mau olhar*

Em 1 de Agosto de 2017 desapareceu Santiago Maldonado, um ativista da causa Mapuche. A *Amnistia Internacional* denunciou o facto e vários coletivos encetaram uma movimentação no mesmo sentido⁸. No *Facebook*, a partir do *aqui e agora* de cada um, escrevia-se quem éramos, onde estávamos e perguntava-se pelo ativista, que deixou de ser visto depois de um ataque, executado na manhã do início de Agosto em que 100 elementos da Gendarmería Nacional Argentina, uma força de segurança militar, entraram de modo violento no território Mapuche, numa localidade do departamento de Cushamen, na província de Chubut, na Argentina. O passado, mesmo o que é secreto, embora muito real, pode ser revivido, e há lutas que nunca estão ganhas.

Algumas histórias nacionais parecem dar constância de repetições, e da sequência entre a tragédia e a farsa, que lembrava Marx. É assim a história argentina, desde meados dos anos 1960. O derrube de Arturo Umberto Illía por um golpe, em 1966, levaria ao poder o general direitista Juan Carlos Onganía, que encabeçou uma ofensiva contra sindicatos e universidades. Os anos após a chegada ao poder de Juan Domingo Perón, através das eleições de 1973, e do consolo da sua mulher, conhecida como Isabelita, após a morte daquele, no ano seguinte, já deixavam antever o que viria: em 24 de Março de 1976, um golpe de Estado levou ao poder uma junta tripartida. Era dirigida por Jorge Rafael Videla, num contexto em que a ação da CIA em vários países sul-americanos mobiliza a Operação Condor, pautada pela repressão das organizações populares e dos militantes dos partidos de esquerda. Na Argentina, no âmbito do Processo de Reorganização Nacional, que visou eliminar os «inimigos da Pátria», cresceram os centros de detenção e tortura, estimando-se em 30. 000 os desaparecidos, mulheres e homens, de todas as idades e condições sociais. Particularmente atroz seria o desaparecimento das crianças nascidas em cativeiro: depois do assassinato dos pais, eram entregues a famílias de sequazes do regime, sem filhos, que as criavam como suas.

⁸<https://amnistia.org.ar/ciberaccion-detalle/?id=149>. Também o nobel da Paz Pérez Esquivel responsabiliza o governo argentino: <http://www.lanacion.com.ar/2057083-adolfo-perez-esquivel-responsabilizo-al-estado-por-la-desaparicion-de-santiago-maldonado>. O primeiro desaparecido argentino, já em democracia, terá sido Miguel Bru: <http://cosecharoja.org/quien-es-miguel-bru-el-primer-desaparecido-en-democracia/>.

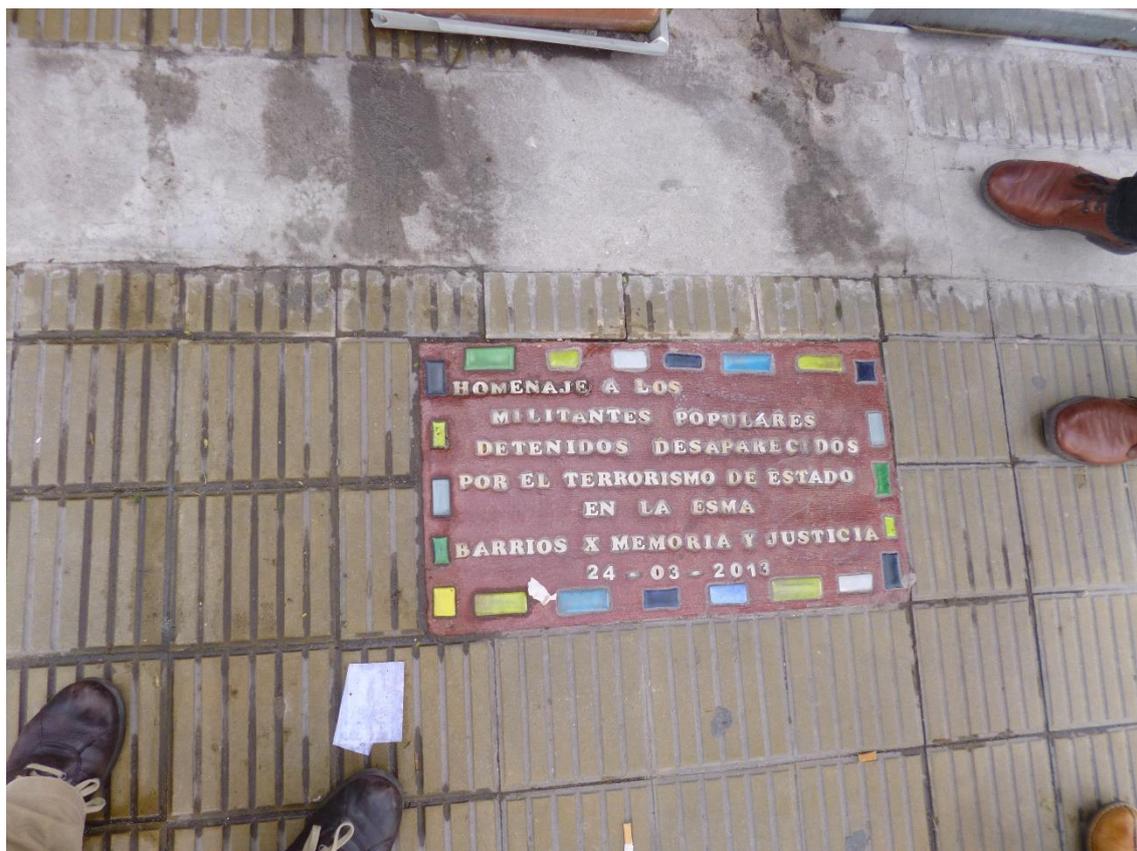
Em *Una misma noche*, publicado em 2012, o escritor argentino Leopoldo Brizuela leva longe a recorrência do medo e a convivência com ele, numa repetição que remete para uma cultura da violência de Estado, enraizada em quotidianos banais. O narrador do livro é um escritor que testemunha um assalto à casa vizinha, numa madrugada de 2010. O ataque envolve um elemento da polícia científica, que o leva a associar esse assalto a um outro, ocorrido em 1976, e ao papel da sua própria família, sobretudo o seu pai, na repressão golpista. Como diz uma personagem, que havia escutado o ataque sem intervir, “Porque nosotros, esa noche, no fuimos buenos. No *somos* buenos. Y eso no se puede decir.” (Brizuela, 2012: 83). O argumento do livro assenta no improvável fim do medo, mesmo quando supostamente termina um regime ditatorial, debruçando-se sobre o lugar da cidadania, quando confrontada com o carácter insidioso de poderes brutais. A vileza, a mesquinhez, a infâmia, corroboram uma citação de Fernando Pessoa, escolhida para epígrafe por Brizuela. No formato de notas para uma suposta declaração («Si me hubieran llamado a declarar», sucessivamente reiterado, ao longo da obra), o autor-narrador, que teria 12 anos em 1976, recorda a alegada guerra contra a subversão, a que muitos chamam repressão ou genocídio, como se pelas palavras o real pudesse ser coisas diversas. Num país em que a memória da ditadura se fez com o recurso ao depoimento de tantos, por serem raros ou enviesados os arquivos disponíveis, ele pode escrever: “Y comprendo que la escritura es una manera única de iluminar la conexión entre el pasado y el presente. Y eso me alienta a empezar: no como quién informa, sino como quién descubre.” (Brizuela, 2012:43). Melhor que o clonazepan, a escrita pode ser uma maneira de superar o tormento, que não o deixa dormir. Com desenhos feitos em papel quadriculado, mostra as casas de um bairro, a sua localização, quem lá vive, na rua 18, no entroncamento com a rua 531 e com a avenida Circunvalación, e a acção dos que entraram numa casa, não para roubar, mas para arrasar. Os vizinhos falam «deles», e das suas razias, com prudência – assim esquecem mais depressa, e desse modo, omitem o medo: «A los vecinos de al lado *les entraron*.». “Y también con nosotros, si quisieran, lo harían. Y lo harán” (Brizuela, 2012: 39). Porque onde está o corpo, está o perigo, recorrente, omnipresente.

Em 1976, os *milicos* que vieram procurar as mulheres de uma casa, as Kuperman, interrogaram os pais do narrador para saber dos movimentos eventualmente estranhos das suspeitas, das suspeitas em relação a outros vizinhos, dos carros que tinham. O livro centra-se na zona cinzenta dos que não são guerrilheiros nem perpetradores, daqueles que vivem habitualmente e tentam escapar, na repetição de uma noite com os seus medos: “(...) de alguna manera, aquella noche nosotros negociamos, porque toda negociación quita pureza, o por lo

menos recuerda la impureza de sobrevivir.” (Brizuela, 2012:41). A dúvida está no papel do pai do escritor-narrador, e no seu passado secreto: fez o seu curso na ESMA, referia o nazismo como algo que viveu, era fortemente antissemita e, instado pelos assaltantes, pontapeara a porta das vizinhas Kuperman, detidas na fatídica noite de 1976.

Depois do novo assalto, em 2010, reativada a recordação do ocorrido em 1976, o narrador procura informação sobre as ligações possíveis do seu pai à ESMA, onde fizera o curso há muito anos. Através de pistas diversas, consegue encontrar Diana Kuperman, que lhe diz que não foi torturada: “Que solamente la dejaron durante días, junto a una sala de torturas, *a escuchar*. Haciéndole sentir que, de un momento a otro, le llegaría a hora.” (Brizuela, 2012:122), como se a espera não fizesse parte do sistema de horror. Procura igualmente gente dos movimentos de *Madres, Abuelas, Hijos, Nietos*, e mergulha no horror do que foi a ESMA, numa visita guiada por um neto reaparecido. Novela envolvente, circunstanciada, de investigação, *Una misma noche* traz dentro um passado que não passa, na eloquente expressão de Henri Rousso. Viscoso, espesso, infiltrado nas vidas como um *habitus*, estruturante, apto a ser reativado, esse passado sufoca e dificulta a construção de futuros. Resuma, por vezes, nos nossos terrenos, através do «murmúrio das sociedades», na expressão feliz de Michel de Certeau. Como vivem as pessoas que passaram por mudanças políticas dramáticas, devastadoras, na estreita fronteira que separa o quotidiano do impensável (Greenhouse, 2002:24)? A realidade mais chocante é a da violência sociopolítica, com a sua transformação numa dimensão da vida (Robben e Nordstrom, 1995:5), realimentadora do ritmo da realidade social.

Volto à novela, enredo-a no desaparecimento de Santiago Maldonado, no início de Agosto de 2017, e percebo que entre a ficção e o real terei de desambiguar a palavra *presente*. Quando as mães da Praça de Maio e os coletivos de militantes dos direitos humanos repetem os nomes dos que faltam, quando as suas fotos estão em vitrais, à espera de reconhecimento e de justiça, dizemos «Presente!», dá-se-lhes corpo: levaram-nos vivos, vivos terão de voltar. Presente é um adjetivo, que qualifica o que está à nossa frente, em presença, e um substantivo, o tempo de agora, o que vai ocorrendo. Volto à novela, a trama torna-se real, atualiza-se: onde está Santiago Maldonado?



Rua de Buenos Aires. Foto de Paula Godinho, setembro de 2015.

5 O MEDO VAI TER TUDO: INTERNACIONAL DO HORROR E CALAFRIOS EPISTEMOLÓGICOS

E isto é tudo, amigos. Tudo o fiz, tudo o vivi. Se tivesse forças, punha-me a chorar.

Roberto Bolaño, 2666

Nunca vi a Bièvre, uma ribeira que foi afluenta do Sena. Depois de coberta sucessivamente, devido ao desenvolvimento do entrançado urbano, passou a desaguar envergonhadamente nos esgotos de Paris. É um triste destino para uma ribeira que já figurou na pintura, com paisagens aprazíveis e fruições várias. Guardará pelos esgotos uma memória homeopática de água? Em geografias variáveis, os mapas do horror poderiam ser contados por alguns rios e pelas águas do mar. Cruzei várias vezes o Rio da Prata, que assim foi denominado pelos colonizadores, pois era visto como acesso ao Cerro Rico de Potosí, que lhes interessava. Este rio, de estuário largo, fica lentamente salgado, quando se funde com o oceano, a que se chama Mar de Prata. Embora as águas sejam barrentas, quase opacas, é o resultado da junção dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. É difícil perceber onde começa a desaguar, estabelecer

uma fronteira entre a água doce e a salgada. De que modo guardará a água deste rio a memória dos muitos desaparecidos da ditadura, que acabaram ali? Dos rios, não podemos esperar que lavem as cidades de mágoas, como na poesia de Manuel Alegre, que banam a memória, como o Lethes, ou que a guardem. Também o corpo do ativista Santiago Maldonado apareceu num rio, sem vida, em 17 de outubro de 2017. Embora insistamos em dizer «Nunca más!», a história repetiu-se, redundante, como tragédia. “Nunca mais!” é um desejo que está inscrito no título, e é uma das reivindicações dos movimentos que, no final de regimes ditatoriais, interrogam o que se quer nas sociedades democráticas. Sem arquivos, ou apesar dos arquivos, a memória dos que sofreram com esses regimes é fundacional nos processos de transição. Como recorda Pablo Pozzi, a história oral e a tradição servem de para reescrever a história, mas também para combater as injustiças do passado (Pozzi, 2012:63).

Neste texto, o terreno ficou a montante, em geografias de terror, cujos depoimentos têm muito em comum, como se a capacidade para delinear a dominação assentasse numa internacional dos métodos para a levar a cabo: uma internacional do horror, em que o vício da violência de Estado trespassa tempos e lugares. O que fora olhado de modo localizado toma novos sentidos, quando inserido num nível político macro: “Primeiro os subversivos, depois os seus cúmplices e por último os indiferentes. Todos serão eliminados”. Esta foi a tentativa para o cone sul da América. Também assim foi para a Espanha de 1936, consoante os golpistas iam avançando. Poderíamos dilatar a geografia deste plano que, se concretizado completamente, não deixaria quem fizesse a comida, lavasse, cuidasse, produzisse e pusesse em andamento os mundos que restavam. Nos aparelhos de violência, com muitas similitudes, o medo tem um papel fulcral na destruição da cidadania, vacinando contra qualquer veleidade de resistência. É intersticial, assente em ações cuja racionalidade é difícil de descortinar, devido a retaliações inexplicáveis, a rumores que fazem saber que o vizinho, o conhecido, o colega, a quem não se conheciam posições políticas evidentes, foi detido, torturado ou feito desaparecer. O medo torna cada vida num esforço de prosseguir, para que os filhos possam dar netos, reproduzir a família, conseguirem ser bem-sucedidos. O medo traz atitudes de prudência que ficam para a vida, que demoram gerações a passar, porque se tornaram um hábito.

Das perseguições sobram histórias que se contam como anedotas: a do estudante do Técnico a que apreenderam em casa um livro sobre cimento armado, em Portugal, nos anos 1960; a de outro detido na rua com um frasco com um líquido amarelo, que afinal não era um cocktail Molotov, mas urina levada para análise, na Argentina pós-1976; a do livro sobre o cubismo que foi apreendido, no Chile, depois de 11 de Setembro de 1973; a *República*, de

Platão, entre os mais apreendidos, em 1939, em Espanha. Estes episódios serviram, nos locais de forte repressão, para ridicularizar os agentes censores, mas não se deixou de tomar *diazepan* para acalmar a angústia de cada noite. Também não se desistiu de resistir, essa componente essencial dos humanos.

Como interrogam Bensa e Pouillon, conquanto o real não seja sempre racional, será preciso fazê-lo passar pela janela desconstrutivista? O ceticismo crónico conduziu a que o chicote sobre os ombros do escravo não fosse mais do que uma frase num discurso, a que o colonialismo tenha sido uma narração como outras, a que os sentimentos se tenham convertido em efeitos de estilo, e as crises económicas em artefactos retóricos, com os indígenas a tornarem-se fantasmagorias dos impérios - e os seus interesses puderam ser postos no mesmo plano que as glosas dos missionários, dos militares e dos literatos (Bensa e Pouillon, 2012). Quando alguns se interrogavam sobre se a realidade existe, ou se é um reflexo discursivo, uma ficção, um espectro da linguagem, tinha à minha frente gente que me falava de tortura, que me mostrava as marcas, que trazia uma realidade palpável, concreta ou mais evanescente, com sulcos nas costas, com sombras ou com pesadelos.

A realidade pode não ser sempre acessível, mas, quando mudamos de posição, vemos os seus diversos aspetos. Precisamos de circular, de cruzar fronteiras, de nos movermos, de conseguir auxiliares de investigação, de promiscuidade disciplinar. A realidade, como diria Manuel António Pina, é uma hipótese repugnante, mas há diferença entre etno-ficção e etno-mentira, porque quando se expulsa o real, as palavras não querem dizer nada (Jablonka, 2014:318): a realidade é mesmo uma ideia nova.

BIBLIOGRAFIA

ANDREAS, C. **When Women Rebel – The Rise of Popular Feminism in Peru**. New York: Lawrence Hill Books, 1985.

BENSA, A.; POUILLON, F. org. **Terrains d'écrivains – Littérature et ethnographie**. Paris: Anacharsis, 2012.

BORGES, Jorge Luis. **Obras Completas 1975-1985**. Lisboa: Teorema, 1998.

BRIZUELA, Leopoldo. **Una misma noche**. Buenos Aires: Alfaguara, 2012.

CERCAS, Javier. **El punto ciego**. Barcelona: Random House, 2013.

CLIFFORD, James; MARCUS, George E. **Writing Culture - The Poetics and Politics of**

<http://e-revista.unioeste.br/index.php/rlhm>

Paula Godinho

Ethnography. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1986.

DONDA, Victoria. **O meu nome é Victoria**. Lisboa: Bizâncio, 2011.

ESSEVELD, Johanna; EYERMAN, Ron. “Which Side are You On? Reflections on Methodological Issues in the study of «Distasteful» Social Movements”. In: Mario Diani e Ron Eyerman (ed.). **Studying Collective Action**. Newbary Park/London, 1992. (p. 136-167).

GODINHO, Paula (2011) “História de um testemunho, com Caxias em fundo”. In: Aurora Rodrigues. **Gente Comum – Uma história na PIDE**. Castro Verde: 100 Luz, 2011. (p. 11-43).

JABLONKA, Ivan. **L’Histoire est une littérature contemporaine – Manifeste pour les sciences sociales**. Paris: Seuil, 2014.

LEFRANC, Sandrine (2002) “La « juste distance » face à la violence”. **Revue internationale des sciences sociales**. n. 174/4, 2002. (p. 505- 513).

PORTELLI, Alessandro. **A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios**. Lisboa: Unipop, 2013.

POZZI, Pablo (2012) “Esencia y práctica de la historia oral”. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 4, n. 1, jan/jun de 2012. (p. 61 – 70).

NORDSTROM, C; MARTIN, J. (ed.). **The paths to Domination, Resistance and terror**. Berkeley e Los Angeles: UCP, 1992.

RANCIÈRE, Jacques. **Les Bords de la Fiction**. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016.

ROBBEN, A.C.M. **Political Violence and Trauma in Argentina**. Philadelphia University of Pennsylvania Press, 2007.

ROBBEN, A.C.M.; NORDSTROM, C. **Fieldwork under fire – Contemporary studies of violence and survival**. Berkeley /Los Angeles: UCP, 1995.

RODRIGUES, Aurora. **Gente Comum – Uma história na PIDE**. Castro Verde: 100 Luz, 2011. (p. 11-43).

Recebido: 05/08/2019

Aceito: 18/11/2019